



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E CIÊNCIAS ATUARIAIS**



**Gustavo Rodrigues Melo**

**DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS E  
REGULATÓRIOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL  
RELACIONADOS COM A CIÊNCIA ATUARIAL**

**São Cristóvão – SE**

**2017**

**Gustavo Rodrigues Melo**

**Discussão acerca dos principais dispositivos legais e regulatórios da  
previdência complementar do Brasil relacionados com a ciência atuarial**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Estatística e Ciências  
Atuariais da Universidade Federal de Sergipe,  
como parte dos requisitos para obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Atuariais.**

**Orientador (a): Marcelo Coelho de Sá**

**São Cristóvão – SE**

**2017**

**Gustavo Rodrigues Melo**

**Análise dos principais dispositivos legais e regulatórios da previdência complementar do Brasil relacionados com a ciência atuarial**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal de Sergipe, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Atuariais.**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

**Prof.º Me. Marcelo Coelho de Sá**  
**Orientadora**

---

**Prof.ª Me. Vanessa Kelly dos Santos**  
**1º Examinador**

---

**Prof.ª Me. Cristiane Toniolo Dias**  
**2º Examinador**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde, resiliência e força para enfrentar as dificuldades que surgiram no decorrer do curso.

A esta universidade, ao Departamento de Estatística e Ciências Atuariais e sua administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador e amigo Marcelo Coelho, pelos conselhos e conhecimentos passados, suporte no pouco tempo disponível, pelas correções e incentivos.

A todos que foram membros e participaram da fundação, assim como eu, da empresa júnior de ciências atuariais e estatística, onde tive a oportunidade de desenvolver meu lado profissional e todas as outras competências pessoais.

Ao Prof.º Dr. José Rodrigo, por ter me passado todo o conhecimento para desempenhar com qualidade as consultorias que surgiram.

A minha mãe e a minha madrinha, por todo amor, por me incentivarem, principalmente, nos momentos mais difíceis, por me instruírem a me tornar uma pessoa de caráter, perseverante e ética, a oportunidade que puderam me proporcionar e ao apoio incondicional por toda a minha vida.

A minhas tias de coração, Eliane e Adeildes, por todo o apoio ao longo da minha vida, conselhos e aprendizados.

A Emily e Carol, minhas amigas, que me aconselharam, escutaram meus desabafos, me apoiaram e não me deixaram desistir nos momentos mais difíceis.

A minha namorada que me sempre me apoiou, me ajudou e esteve sempre ao meu lado.

A todos os meus amigos que me apoiaram e aconselharam nos momentos difíceis.

Aos meus familiares e todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica e ética, o meu muito obrigado.

## **RESUMO**

Esse trabalho é uma revisão bibliográfica e tem como objetivo trazer uma discussão acerca dos principais dispositivos legais e regulatórios do regime de previdência complementar que tenham relação com a Ciência Atuarial. Por se tratar de um setor amplo e com uma legislação vasta a ser explorada o referido trabalho foi limitado ao setor fechado da previdência complementar. No decorrer do trabalho é apresentada toda a evolução histórica do setor no país, as datas de criação das leis complementares que atualmente regulam o setor, a modernização da legislação, são apresentados os produtos que são comercializados e seus respectivos conceitos, os avanços e números de desempenho do setor, a sua representatividade na economia nacional, finalizando com análise dos instrumentos regulatórios relacionados a atuária. A previdência complementar tem a capacidade de proteger o patamar financeiro dos trabalhadores, por este motivo se faz uma regulamentação forte, sendo possível notar no estudo realizado que os dispositivos prezam pelo equilíbrio e solvência, podemos exemplificar com a determinação de tábua biométrica com expectativa mínima que pode ser adotada. Este trabalho é concluído com a visão do autor sobre as referidas análises realizada no trabalho.

Palavras-chave: Previdência, Previdência Complementar, Ciência Atuarial, Legislação.

## **ABSTRACT**

This work is a bibliographical review and aims to analyze the main legal and regulatory provisions of the supplementary pension scheme that have relation with Actuarial Science. Because it is a broad sector and with a vast legislation to be exploited, this work was limited to the closed private pension sector. In the course of the work, the company presents all the historical evolution of the sector in the country, the dates of creation of the complementary laws that currently regulate the sector, the modernization of the legislation, the products that are marketed and their respective concepts, advances and numbers are presented. performance of the sector, its representativeness in the national economy, ending with an analysis of regulatory instruments related to actuary. Supplementary pensions have the capacity to protect the financial level of workers, for this reason a strong regulation is made, and it can be observed in the study carried out that the devices value by the balance and solvency, we can exemplify with the determination of biometric board with minimum expectation that can be adopted. This work is concluded with the author's view on the said analyzes carried out in the work.

**Keywords:** Social Security, Complementary Social Security, Actuarial Science, Legislation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Ativos EFPC x PIB (%) .....	26
Figura 2	Evolução dos ativos x Percentual do PIB .....	26
Figura 3	Evolução do superávit e déficit das EFPCs .....	26
Figura 4	Evolução quantitativa dos planos de previdência por modalidade .....	27
Gráfico 1	Relação entre a duração do passivo e taxa de juros .....	36

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	OBJETIVOS.....	11
2.1.	OBJETIVO GERAL.....	11
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3.	JUSTIFICATIVA.....	12
4.	REFERENCIAL ATEÓRICO.....	13
4.1.	HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL.....	13
4.2.	CONCEITUAÇÃO DOS TIPOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	17
4.3.	ORGANIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	18
4.4.	PRINCIPAIS NÚMEROS.....	24
5.	METODOLOGIA.....	29
6.	RESULTADOS.....	30
6.1.	ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	30
6.2.	LEIS COMPLEMENTARES.....	30
6.3.	RESOLUÇÕES.....	32
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	BIBLIOGRAFIA.....	43



## 1 INTRODUÇÃO

A previdência complementar surgiu da grande necessidade de manter o patamar financeiro dos trabalhadores (RITTER, 2007). No Brasil a ideia surgiu no momento em que as pessoas que trabalhavam não podiam parar de trabalhar, mesmo com a idade avançada, pois caso cessassem o trabalho não teriam como manter financeiramente suas famílias, quando ficavam doentes não tinham auxílio e muitas outras situações que a população ativa tinha de enfrentar (MEIRELLES, 2009).

A estruturação da previdência complementar através legislação que era necessária a cada criação de uma instituição de caridade e sociedades privadas de ingresso voluntário, caixa de montepios, idealizou a previdência social oficial, que atualmente assegura as necessidades básicas de todos os trabalhadores que contribuíam para ela. Porém, a previdência social tem um limite para o pagamento de benefícios, portanto ela segue um teto que alguns trabalhadores ainda ficariam no prejuízo caso não existisse um modelo que conseguisse manter esse patamar financeiro (CHEDEAK, 2009).

Desta maneira, quando fala-se em previdência imaginamos prever, nesse caso específico supõe-se a previsão com o objetivo de que sejam evitadas de maneira prévia as perdas financeiras. Logo, pode-se entender a necessidade do profissional que atua de maneira intensiva nas entidades de previdência complementar, o atuário.

Este profissional é responsável por manter o equilíbrio entre o presente e futuro, fazendo uso de projeções que obedecem a hipóteses e premissas que asseguram o futuro financeiro do público que adere de maneira facultativa a previdência complementar. Portanto, necessitamos que haja uma regulamentação que não permita que aconteçam desequilíbrios causados por premissas adotadas de maneira incorreta (RODRIGUES, 2008).

Devido a necessidade do atuário que atua nas entidades de previdência desenvolverem estudos alinhados a regulamentação do setor, foi elaborado esse trabalho com a finalidade de analisar a relação há entre os principais dispositivos legais em vigor e a ciência atuarial.

Por ser um setor com legislação ampla, este trabalho foi limitado ao setor fechado de previdência complementar com a finalidade de apresentar maior qualidade nos resultados que posteriormente serão discutidos. Não prejudicando o

embasamento do trabalho, foi vista a história, organização e conceituação de todo o setor, aberto e fechado.

Com o intuito de manter o equilíbrio e patamar financeiro dos trabalhadores deste país, a previdência complementar desempenha um importante papel social de grande valia para a economia, ao se analisar os dados do PIB viu-se que a previdência complementar fechada representa 12,7% do PIB nacional. Destarte, fica nítido o crescimento do conhecimento da população sobre o setor e o seu importante papel (ABRAPP, 2017).

Portanto, é importante que as Lei Complementares e Resoluções relativas ao setor sejam obedecidas pelos atuários em todos os aspectos, do custeio até a concessão dos benefícios aos participantes e assistidos. Destarte em que desempenham esse papel e seguem os dispositivos, devem ser observadas as características de cada plano de benefícios individualmente.

A má gestão dos planos de benefícios e a falta de conhecimento da legislação pode levar um fundo de pensão ao desequilíbrio, tanto a maior quanto a menor. Partindo da necessidade de minimizar estes desequilíbrios, que em caso de déficit técnico e o plano entre em equacionamento ou tenha necessidade de ser extinto, poderá ser gerado um grande problema social, levando consideração que já ocorreram casos (RODRIGUES, 2008).

Por este motivo o autor se fez de interpretar as relações encontradas entre os dispositivos legais e a ciência atuarial, contextualizando e explicando a influência no trabalho dos atuários. Para melhor compreensão o autor apresentou alguns conceitos dos termos técnicos que são apresentados e regulamentados pelos instrumentos normativos em vigor.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

- Elencar e analisar os principais dispositivos legais e regulatórios da previdência complementar do Brasil relacionados com a ciência atuarial.

### **2.2 Específico**

- Abordar a evolução histórica da previdência complementar no Brasil;
- Apresentar a organização da previdência complementar;
- Elencar a regulamentação específica do setor.

### **3 JUSTIFICATIVA**

A escolha desse tema para o presente estudo deve-se ao grande trabalho que a ciência atuarial desempenha nos fundos de pensão do país e a importância deste profissional conhecer a legislação que o rege. Com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro das reservas dos fundos de pensão, o atuário é responsável por elaborar notas técnicas, revisar valores de benefícios, analisar se o plano está solvente, analisar desempenho, dentre outras análises as quais devem seguir a legislação específica para o setor.

Este ramo absorve grande parte dos profissionais que atuam no mercado privado, devendo esses seguirem com rigor a legislação do setor. A previdência complementar fechada chama a atenção para o desenvolvimento do presente trabalho, pois se tratar de um ramo que compreende uma grande parcela de brasileiros que desempenham funções públicas.

Desta maneira, há necessidade da elaboração de um trabalho que apresente a legislação e a relação com a ciência. O trabalho elenca e aborda uma discussão acerca dos dispositivos legais e regulamentários desse setor que cresce a cada ano no país. Destacada a importância da ciência atuarial e do objeto de estudo do presente trabalho, vale ressaltar que os pontos aqui citados estão baseados nas práticas em fundos de previdência fechados desenvolvidas pelos profissionais de atuária, ou seja, citados de acordo com a legislação específica da previdência complementar.

## **4 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1 História da previdência complementar no Brasil**

A história da previdência mutualista no Brasil é bastante antiga, tendo como marco inicial o ano de 1543, quando Brás Cubas, inspirado no instinto de previdência português criou à mesma época da Santa Casa de Misericórdia de Santos o fundo de pensão que ofertava planos de benefícios para os seus empregados, ideia essa que foi estendida a Santa Casa de Misericórdia de Salvador e do Rio de Janeiro (MEIRELLES, 2009).

Após 250 anos da iniciativa de fundação de Brás Cubas, é aprovado pelo Príncipe Regente D. João VI o Plano de Oficiais da Marinha, sendo a primeira manifestação oficial de previdência no Brasil, onde tinha como forma de custeio o desconto de um dia de vencimento, o qual passava a confundir-se com Fazenda Real. O Plano de Oficiais da Marinha vigorou por mais de um século foi criado com o objetivo de dar segurança às viúvas e filhas de oficiais que viessem a falecer (MEIRELLES, 2009; COSTA, 2011).

No ano de 1834 foi criada a Sociedade Musical de Beneficência, uma associação de auxílio mútuo que tinha como finalidade custear as despesas de funeral de seus sócios, conceder aos mesmos um auxílio quando incapacitados e custear pensões para os filhos, viúvas, irmãs e mães. Após a criação dessas sociedades, muitas outras surgiram com o mesmo intuito. O então Ministro da Justiça, Barão de Sepetiba, propôs a criação dos Estatutos de Montepio da Economia dos Servidores do Estado, em 1835, quando através de decreto do Governo Imperial foi aprovada a criação desses estatutos, que atualmente são conhecidos como MONGERAL AEGON, uma das maiores e mais importantes Entidade de Previdência Privada atuante no Brasil. A MONGERAL AEGON foi a primeira Entidade de Previdência a oferecer planos com caráter facultativo e mutualista (FRATTINI, 2006; SOUZA, 2009).

Os fundos de pensões criados de forma individual necessitavam de que houvessem leis que regulamentassem cada classe de trabalho. O sistema que atualmente é único, à época não poderia assim ser considerado, provocando a criação de novas leis de acordo com a criação de novos fundos de pensões. Os fundos deram início a uma instituição de direitos que vigoraram até os anos 60 do século XX (FRATTINI, 2006; SOUZA, 2009).

Em 1889 foi criada a Caixa de Pensões dos Operários da Imprensa Nacional, em que os recursos para custeio desta, eram gerados através da contribuição que equivalia a um dia de trabalho, em moeda da época, dos operários e que com 30 anos de serviço poderiam se aposentar e gozar de uma renda mensal no importe de 2/3 dos vencimentos médios da função que exerceu por prazo superior de 24 anos (FRATTINI, 2006).

Ao final do século XIX surgiram sociedades conhecidas como Caixas Mútuas de Pensões e Pecúlios, que admitiam a entrada de novos sócios. A admissão era condicionada a uma taxa de inscrição e um compromisso de que caso houvesse um falecimento de um integrante do grupo, haveria o rateio entre todos para custear as despesas. Além disso, quando alcançado um número suficiente de sócios, seriam oferecidos benefícios que seguiriam os modelos do mutualismo puro (PAIVA, 2005).

No ano de 1904 foi criada a Caixa Montepio dos Funcionarios do Banco da Republica do Brazil (CAPRE), atualmente PREVI, que surgiu através da iniciativa de 52 funcionários (associados) que desejavam ter segurança e estabilidade no futuro. A PREVI foi a primeira entidade de previdência a oferecer benefícios que hoje são típicos da previdência complementar. O objetivo é efetuar o pagamento de pensão mensal ao herdeiro do associado que fizesse parte da entidade, conforme as normas do estatuto vigente (PAIXÃO 2007; CHEDEAK, 2009).

A lei denominada por “Lei Eloy Chaves” de 1923 trouxe mudanças significativas para o sistema previdenciário brasileiro, sendo essa considerada um dos primeiros esforços para criação de um sistema de previdenciário no Brasil. O projeto que foi apresentado em 1921, tinha como objetivo a criação de caixas de aposentadoria e pensões para os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, sendo essas sem a participação do Governo (RITTER, 2007).

Portanto, o período entre 1910 e 1915 foi o que obteve maior aumento no número de caixas de pensões e sociedades mútuas de pecúlio. Wladimir Novaes expõe que os indivíduos aproveitavam-se da boa-fé e ignorância dos trabalhadores para enriquecer de maneira ilícita, desta maneira, também atrapalhavam a disseminação do seguro (PAIVA, 2005).

A partir da aprovação da Lei em 1923 foram criadas Caixas em cada uma das empresas de estrada de ferro no Brasil, garantindo aos empregados das ferrovias aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez, indenização para casos de acidente de trabalho, auxílio funeral, socorros médicos e medicamentos, além de garantir pensão para os seus familiares. Com isso, se fazia necessária uma forma de custeio para todos

esses auxílios, sendo assim, a contribuição dos próprios empregados, das empresas empregadoras e da União (FRACCARO, 2008).

As décadas de 60, 70 e 80 foram marcadas pelo surgimento de várias entidades de previdência complementar, onde a previdência privada movimentava cerca de 10% do giro das bolsas de valores do Brasil. Grandes empresas estatais fundaram seus planos, a Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A solicitou um estudo na década de 60 para criação de uma previdência, com o objetivo de manter a qualidade de vida de seus empregados, surgindo assim a PETROS em 1969 (CUSTÓDIO, 2012).

Não somente grandes estatais, mas também grandes grupos econômicos de capital privado começaram a formar seus fundos de pensão. A Promon Engenharia criou a Fundação Promon de Previdência Social em 1975, tendo colaborado para a criação da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP no ano de 1978. A Fundação Promon de Previdência Social é a mais antiga entidade de previdência complementar, patrocinada por empresa privada, em funcionamento no Brasil (PINHEIRO, 2008).

Com o forte crescimento do setor no país, revelaram-se grandes fraudes nos montepios que montavam planos atuariais com metas inatingíveis. A partir desse cenário, percebe-se a necessidade de regulamentar a previdência privada, regulamentação essa que sofreu forte influência do instrumento básico que disciplinava as atividades da previdência complementar nos Estados Unidos da América. A experiência estadunidense do ERISA (Employee Retirement Incoment Income Security Act) foi aprovada em 1974, motivada por transtornos parecidos com os que estavam ocorrendo no Brasil, um dos mais famosos problemas foi a falência de um grande fundo de pensão (RITTER, 2007; PINHEIRO, 2008).

Com a institucionalização da previdência complementar, esperava-se que o sistema previdenciário se tornasse mais eficiente, onde a Lei nº 6.435/77 especificava os tipos de entidades em fechada ou aberta e deixava claro os objetivos específicos das entidades, quanto à lucratividade e à forma as quais deveriam ser organizadas. As entidades fechadas de previdência complementar não devem ter fins lucrativos, organizadas como sociedades civis ou fundações; no que compete às entidades abertas de previdência complementar, essas devem ter fins lucrativos e deverão ser organizadas como sociedades anônimas (REIS; DARCOSO; VASCONCELOS, 2011).

Possuindo assento constitucional no artigo 202 da Constituição Federal, onde são descritas as diretrizes e princípios que estruturam o regime de previdência

complementar no Brasil, esse regime é operado por entidades de previdência complementar que podem ser abertas ou fechadas. No entanto, a Lei nº 8020, de 12 de abril de 1990 é que sistematiza as relações entre as entidades fechadas de previdência complementar e suas patrocinadoras. Essa especificava e quantificava questões acerca do superávit, restringia a Secretaria Nacional de Previdência Complementar os procedimentos dos ajustes necessários no plano de benefício em caso de déficit e limitava as despesas administrativas e operacionais a um percentual igual ou inferior a quinze por cento do total da receita de contribuições.

De acordo com Reis, Darcoso e Vasconcelos (2011, p. 4)

Ainda que a Lei 6.435/77 tenha refletido as preocupações e demandas existentes quando de sua promulgação, esta não acompanhou a dinâmica do mercado de previdência privada. Decorridos 23 anos de sua aprovação, já se evidenciam vários aspectos que requerem sua modernização e readequação a nova realidade do setor, que experimentou um pronunciado crescimento após a estabilização monetária, alcançada com o Plano Real, em meados da década de 1990.

Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20 veio para dar início à modernização da legislação brasileira com a introdução dos princípios básicos que devem nortear o sistema de previdência complementar no texto constitucional. A emenda trouxe uma nova redação para o art. 202 da Constituição Federal que exigiu a criação de duas Leis Complementares que abarcassem “a relação entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar”, essa que é disciplinada pela Lei Complementar nº 108 de 2001, revogou a Lei nº 8020 de 1990. Além disso, a Emenda Constitucional trouxe a autonomia em relação ao regime geral de previdência social (PAIVA, 2005; OLIVEIRA; PASINATO; PEYNEAU, 2016).

A Lei complementar nº 109 de 2001 é a lei básica da previdência privada do país, ela revogou as Leis nº 6.435/77 e 6462/77, concebendo normas gerais sobre o regime de previdência complementar. A referida Lei deixa claro que os objetivos da ação do Estado servem para que sejam determinados padrões mínimos de segurança para cada entidade de previdência complementar, além de estabelecer o número mínimo de participantes admitido para cada modalidade de plano de benefício.



Com as legislações bem definidas para as entidades de previdência privada com patrocinadores públicos e outra para as entidades com patrocinadores do setor privado, foi definido um novo padrão de comportamento para os fundos de pensão. Essas fizeram com que o sistema nacional de previdência privada amadurecesse, trazendo medidas que beneficiam o trabalhador ao encerrar seu vínculo empregatício com o patrocinador do plano, a exemplo da portabilidade, que permite ao trabalhador transferir suas reservas para outra entidade de previdência, que está inclusa no artigo 14 da Lei Complementar 109. Além da portabilidade, surgiram outras medidas como a possibilidade do benefício diferido, a permissão do auto patrocínio e o resgate das contribuições, caso o trabalhador queira resgatar o valor de suas contribuições (PAIVA, 2005; COSTA, 2011).

Podendo deixar claro que as referidas leis complementares que foram citadas anteriormente, expõem que as entidades devem seguir as resoluções e as recomendações das instruções normativas referentes a cada setor.

A Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, surgiu para completar esse ciclo de aprimoramento das leis quanto às questões previdenciárias. Essa vem para alterar o art. 192 da Constituição Federal, suprimindo do dispositivo as referências a “seguro, previdência e capitalização”, e o inciso V do art. 163.

Os fundos de pensão fazem parte integral do sistema financeiro nacional, por isso deve ser vista a devida importância à Emenda Constitucional nº 40 (CUSTÓDIO, 2012).

#### **4.2 Conceituação dos tipos de previdência complementar**

A previdência complementar pode ser conceituada através da Lei Complementar nº 109, de maio de 2001, a qual deixa claro ter caráter facultativo, tendo a finalidade de proporcionar uma futura estabilidade financeira, uma vez que, ao adquirir a aposentadoria através do Instituto Nacional de Seguridade Social, aqueles trabalhadores que têm seus salários superiores ao teto da previdência oficial, não sofrerão queda do padrão financeiro, ao manter esse nível através da previdência complementar.

Além de conceituar, a mesma Lei Complementar define as classificações das entidades como: Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAPC, tendo como suas disposições comuns constituir reservas técnicas, provisões e fundos, além da aplicação desses recursos que

será feita conforme a resolução que dispõe das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em se tratando das disposições diferentes, as EFPCs são de acesso exclusivo a empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que são denominados patrocinadores. Para associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classicista ou setorial, denominadas instituidoras, onde a condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício é formalizada através de uma adesão a ser celebrada entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada (BRASIL, 2001).

A Entidade de Previdência é conceituada como singular ao ser vinculada a apenas um patrocinador ou instituidor, e entidade multipatrocinada, se vinculada a mais de um patrocinador ou instituidor ela será considerada entidade multipatrocinada (BRASIL, 2001).

Além disso, as Entidades Fechadas podem ser qualificadas de duas formas, entre plano comum: quando a entidade administra um plano ou um conjunto de planos acessíveis ao universo de participantes; ou multipiano: quando a entidade administra um plano ou um conjunto de planos de benefícios para vários grupos de participantes, caso haja independência patrimonial entre si (BRASIL, 2001).

#### **4.3 Organização da previdência complementar**

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é a responsável por fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar. Este é um órgão do sistema Financeiro do Brasil, que foi criado pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, assumindo as funções que eram exercidas pelo Ministério da Previdência Social através da Secretaria de Previdência Complementar (SPC). O órgão normativo da previdência complementar fechada é o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A Lei Complementar nº 109 deixa claro em seu art. 35 a estrutura mínima que deverá compor o conselho deliberativo, fiscal e diretoria executiva das EFPCs, conselho esse que não é necessário para as EAPCs, uma vez que elas não se tratam de organizações sobre formas de fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos como as entidades fechadas (BRASIL, 2001).

O órgão responsável por fiscalizar e supervisionar as entidades abertas de previdência complementar é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que foi

regulamentada pelo Decreto-Lei nº 73, de 1966. A SUSEP é uma autarquia da administração pública indireta federal brasileira, que, além de ser responsável pela previdência complementar aberta, fiscaliza, controla e autoriza o mercado de seguros, capitalização e resseguros do Brasil. O órgão normativo da previdência complementar aberta é o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (PAIVA, 2005; OLIVEIRA; PASINATO; PEYNEAU, 2016).

As EAPCs são instituições autorizadas pela SUSEP a instituir planos de previdência aberta complementar, sendo assim, com finalidade lucrativa segundo o artigo 36 da Lei Complementar nº 109. Os seus planos são mais flexíveis na implantação de planos coletivos e podem ser aderidos por qualquer indivíduo, ou seja, por ter uma abrangência ampla, os planos estão disponíveis à população em geral. Esses planos de benefícios de caráter previdenciário são concedidos em forma de renda, podendo assim, ser contínua ou pagamento único (BRASIL, 2001).

No Brasil, as entidades de previdência complementar que oferecem benefícios de pagamento em prestações na forma programada e contínua, têm como regime financeiro obrigatório o de capitalização, seguindo o artigo 18 da Lei Complementar n.º 109.

O regime de capitalização pode ser definido da seguinte maneira:

O regime de capitalização é aquele em que se arrecadam dotações técnicas, contribuições regulares permanentes, contribuições extraordinárias temporárias e outras eventuais receitas programadas ao longo da existência do plano de benefícios, de modo que, ao final de cada ano, esteja constituído o capital de cobertura das aposentadorias que deverão ser concedidas a partir de cada um desses anos sucessivos, com pagamentos vitalícios, contando-se inclusive com as rendas auferidas com os investimentos realizados com os capitais que se vão acumulando (BAIMA, 1998).

É apropriado aos casos de aposentadorias em geral, cujas concessões estão sujeitas a acentuadas flutuações, em termos de tamanho de cada grupo novo de beneficiários. Esse regime permite a constituição dos capitais de cobertura das aposentadorias de forma lenta e gradativa, desde o início das atividades do fundo, mediante a acumulação programada de recursos, destinados à formação simultânea dos fundos que serão necessários em todo o futuro, abrangendo as épocas mais remotas em que os direitos serão alcançados (BAIMA, 1998).

Sabido que o regime utilizado nas entidades de previdência é o de capitalização, devem ser especificadas as modalidades que são ofertadas. Existem atualmente três

modalidades de planos de benefícios que podem ser ofertados aos participantes, conforme a legislação que regulamenta as entidades fechadas de previdência complementar, sendo estas: Contribuição Definida (CD), Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV). Sendo assim, a modalidade de cada plano é definida em razão de como são calculados e pagos os benefícios programados (BELTRÃO *et al.*, 2004).

Os planos de benefícios da modalidade benefício definido são aqueles em que os benefícios complementares são estabelecidos no momento da adesão, isto é estabelecido previamente por uma fórmula ou com base em valores prefixados, ambos previstos em regulamento. A contribuição dos participantes nessa modalidade, geralmente é calculada de forma agregada por meio de avaliação atuarial e revista após um período de tempo, com o objetivo de manter o equilíbrio atuarial do plano (LIMA; RODRIGUES, 2014).

Os planos do tipo benefício definido têm como característica o mutualismo tanto na fase de acumulação das reservas, como na fase de aposentadoria, ou seja, os riscos são calculados em função da coletividade. Deste modo, caso haja superávit ou déficit do plano, a responsabilidade é coletiva, uma vez que a conta é coletiva (SOUZA JÚNIOR, 2002).

Planos com modalidade contribuição definida são aqueles em que tanto o risco atuarial quanto o risco dos investimentos são dos participantes do plano. Nessa modalidade os benefícios complementares são estabelecidos no momento da sua concessão; esses são calculados com base no saldo acumulado na conta individual referente às contribuições feitas para o plano e os resultados dos investimentos realizados durante o período de contribuição. Assim como a concessão dos benefícios, os reajustes também serão em função do saldo dessa conta individual mantida em favor do participante (BELTRÃO *et al.*, 2004; PAIVA, 2005).

As contribuições nessa modalidade não necessariamente precisam ser revistas, geralmente no início da contribuição são ofertadas as taxas para que o participante possa escolher, sendo a contribuição do patrocinador limitada a um determinado percentual. Por ter caráter individual, esta modalidade apresenta baixo risco de desenvolver déficits atuariais (SOUZA JÚNIOR, 2002).

A modalidade que não oferece desvantagens é a modalidade contribuição variável, também conhecido como plano de benefício não definido ou misto, pois nessa modalidade são combinadas características das modalidades benefício definido na fase

de benefícios e de contribuição definida na fase de acumulação das reservas. Os planos na modalidade de contribuição variável possibilitam ao participante a escolher o valor desejado para suas contribuições, bem como quando começar a efetuar-las (BELTRÃO *et al.*, 2004; PAIVA, 2005; OLIVEIRA; PASINATO; PEYNEAU, 2016).

Na modalidade de contribuição variável, os valores dos benefícios serão calculados de acordo com o montante reservado, podendo assim ter característica da modalidade benefício definido, onde o participante poderá optar transferir o saldo integral ou parcial para uma conta coletiva, mutualista, garantindo assim uma renda vitalícia (SOUZA JÚNIOR, 2002).

Diferente das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as Entidades Abertas de Previdência Complementar têm dois produtos de destaque, são eles: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o produto que é divulgado como um plano de previdência, porém é um seguro, o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Além desses, existem mais quatro tipos menos comuns que são: Plano com Remuneração Garantida e Performance (PRGP), o Plano com Atualização Garantida e Performance (PAGP), Plano com Remuneração Garantida e Performance Sem Atualização (PRSA) e Plano de Renda Imediata (PRI). Cada plano de benefício citado anteriormente possui subprodutos, tendo características são distintas (SOUZA NETO, 2013).

O VGBL é o plano mais recente do mercado, podendo ser enquadrado como seguro pela norma da SUSEP, não sendo dedutível do Imposto de Renda. Apesar disto, o VGBL é tratado como plano de previdência por ser organizado num regime financeiro de capitalização com pagamento de prêmios (contribuições) periódicos que são estabelecidos em contrato, sendo esses convertidos para pagamento na forma de renda ou pecúlio, ambos em vida (PAIVA, 2005; NOGUEIRA, 2010; CAMPANI; COSTA, 2016).

Nos planos tipo PGBL, assim como no VGBL as frequências das contribuições podem ser mensais ou esporádicas (aportes). Esse plano é dedutível do Imposto de Renda, tem taxa sobre as contribuições e incidência de Imposto de Renda no resgate sobre o valor total resgatado (CAMPANI e COSTA, 2016; NOGUEIRA, 2010).

Podemos dizer que o PGBL tem uma estrutura parecida com um plano da modalidade contribuição definida, pois o participante somente terá conhecimento do valor do benefício no momento do devido recebimento e não há garantia de remuneração mínima no período de diferimento (NETO, 2013; CAMPANI; COSTA, 2016).

O PGBL pode ser estruturado e tipificado de várias maneiras. A regulamentação passou a permitir que o PGBL tenha sua carteira de investimentos estruturada em três modalidades, com riscos distintos. Os aportes realizados pelo participante são aplicados em um Fundo de Investimento Especial, tendo as seguintes modalidades: Soberano, Renda Fixa ou Composto (SOUZA NETO, 2013)..

Para o PGBL na modalidade Soberano, as aplicações poderão ser feitas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou BACEN e créditos securitizados do Tesouro Nacional. Essas regras são aplicadas ao plano PGBL com modalidade Renda Fixa, porém, nessa modalidade podem ser feitos investimentos de renda fixa, além dos citados anteriormente (CHEDEAK, 2009).

O plano PGBL do tipo composto tem esse nome, pois, além de aceitar os tipos de aplicações feitas nas modalidades Soberano e Renda Fixa, aceitam aplicações em renda variável, limitadas até 49% do patrimônio líquido do Fundo de Investimento Especial (CHEDEAK, 2009; SUSEP, 2011).

Os planos padrões PGBL, atualmente, podem ser ofertados com sete tipos de renda mensal. Os tipos de rendas aprovados pela Superintendência de Seguros Privados antes de 26 de agosto de 2002 são: Renda Mensal Vitalícia, Renda Mensal Temporária, Renda Mensal Vitalícia com Prazo Mínimo Garantido e Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Beneficiário Indicado. Após a data citada foi aprovado mais um tipo de renda para planos padrões PGBL, a Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge com Continuidade aos menores (SOUZA NETO, 2013).

As aprovações mais recentes de modalidades de rendas para planos padrões PGBL são: Pagamento Único e Renda Mensal por Prazo Certo. Essas últimas foram aprovadas em fevereiro do ano de 2008 pela SUSEP.

As modalidades de rendas ofertadas nos planos do tipo PGBL também podem ser contratadas nos planos PRGP. Nesse plano de benefícios, no decorrer do prazo de diferimento haverá remuneração dos recursos da provisão matemática de benefícios a conceder, por taxa de juros efetiva anual e índice de atualização de valores. Assim como a remuneração, a apuração dos resultados financeiros também acontecerá durante a fase de diferimento (BRASIL, 2007).

Na modalidade PRGP a taxa de juros efetiva anual, índice de atualização de valores e o percentual de reversão dos resultados financeiros deverão constar em regulamento no momento da contratação. Para a época de concessão do benefício é

optativa a apuração de resultados financeiros, podendo ser utilizado o mesmo FIE do período de diferimento (BRASIL, 2007).

O plano do tipo PAGP utiliza a fase de diferimento de maneira parecida com o tipo PRGP, porém, em vez de haver a remuneração o plano do tipo PAGP, apenas atualiza os recursos da Provisão Matemática de Benefícios a conceder por um índice de atualização de valores que deve constar em regulamento (BRASIL, 2007).

A regra para o levantamento dos resultados financeiros no período de diferimento e o levantamento dos resultados financeiros do início da concessão do benefício são iguais às utilizadas nos planos do tipo PRGP. Além disso, a SUSEP deixa claro que os planos do tipo PRGP e PAGP na sua fase de diferimento, poderão prever uma capitalização atuarial (BRASIL, 2007).

O Plano com Remuneração Garantida e Performance sem Atualização, o PRSA, são os planos que garantem aos participantes remuneração por meio da contratação de taxa de juros e reversão, parcial ou total, dos resultados financeiros em sua fase de diferimento. Esses planos são estruturados na modalidade contribuição variável (BRASIL, 2007; NETO, 2013).

O Plano de Renda Imediata, o PRI, é o que garante, mediante a uma única contribuição, o pagamento do benefício por sobrevivência, sob forma de renda imediata (BRASIL, 2007; NETO, 2013).

#### **4.4 Principais números da previdência complementar**

Após as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001 a previdência complementar no Brasil ficou em maior evidência, exercendo papel fundamental na economia do país, tanto pela capacidade de geração de poupança interna quanto social, ao proporcionar benefícios aos seus participantes (ROMANO, 2007).

A ABRAPP apresentou em seu consolidado estatístico, a evolução da carteira agrupada por tipo de aplicação entre dezembro de 1994 a dezembro de 2003, onde no ano de 2003 os Fundos de Pensão apresentavam R\$ 216 bilhões, com 44,4% desse montante aplicados em renda fixa.

Os ativos dos Fundos de Pensão obtiveram um salto de 10% do ano de 1995 até o ano de 2003 na representação do PIB brasileiro. Com 18,2% no ano de 2003, os fundos de Pensão mostravam cada vez mais sua importância na economia. Não diferente desse ótimo crescimento alcançado pelas entidades fechadas de previdência

complementar, as entidades abertas conseguiram um crescimento superior a 52% no mesmo ano (FenaPrevi, 2017).

A Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP) divulgou em dezembro de 2003 um relatório acerca do crescimento da previdência complementar aberta, em que as carteiras de investimentos apresentaram cerca de R\$ 48,5 bilhões ao final do exercício. Quando somado aos investimentos das entidades fechadas, o montante representava 20,5% do PIB brasileiro.

De acordo com ZORZI *et al.*, (2006, p. 4):

Beltrão, et al, (2004) destacam a importância do crescimento desse setor, tendo em vista que o regime privado já representa um importante papel na economia, sendo as entidades privadas de previdência as principais investidoras institucionais do país e que ainda apresentam um grande potencial de desenvolvimento.

Seguindo esse ritmo acelerado, o setor de previdência complementar fechado continuou tendo um bom crescimento. No ano de 2006 foi observado que a boa gestão dos ativos de investimentos dos planos resultou em um retorno médio de 23,6%, apresentando R\$ 352 bilhões em dezembro de 2006, sendo notado assim uma grande quantidade de planos obtendo superávit técnico (ABRAPP, 2017).

O desempenho do ano de 2003 até o ano de 2006 foi excelente, podendo ser demonstrado pelos resultados obtidos do maior Fundo de Pensão do Brasil em 2006, a PREVI. Com um resultado positivo dos investimentos, a empresa que já havia diminuído o percentual da contribuição normal, suspendeu as contribuições normais necessárias para custear o plano a partir do ano de 2007 (PREVI, 2017).

Após um desempenho inferior ao esperado no exercício anterior a 2006, o mercado de previdência complementar aberta bateu recorde histórico de captação no ano de 2007. Segundo a ANAPP, o setor conseguiu um crescimento de 17,69%, esse progresso foi impulsionado pelos ótimos resultados obtidos com as vendas do produto VGBL, este que sozinho conseguiu captar R\$ 15 bilhões de contribuições (FenaPrevi, 2017).

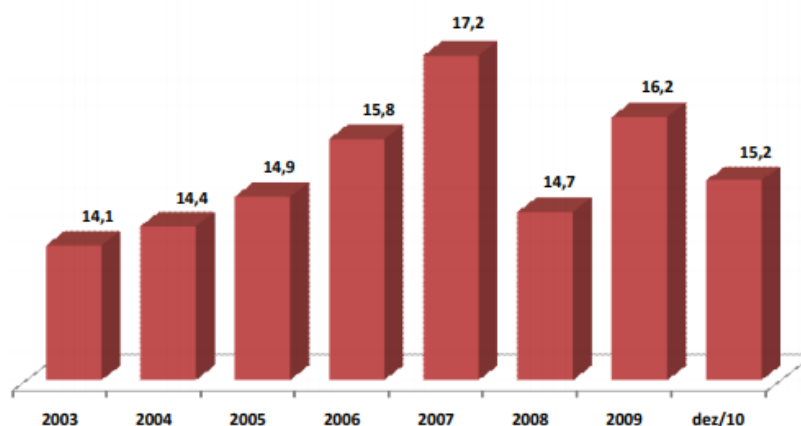
Em dezembro de 2007, a PREVIC registrava 992 planos previdenciários, em apenas dois anos esse número saltou para 1.053. Foram criados 55 novos planos previdenciários, um crescimento alto quando tratamos de entidades fechadas de previdência. Sendo a maioria dos planos que foram criados são da modalidade



contribuição definida, que posteriormente se tornaram a modalidade predominante dos planos de benefícios ativos no Brasil.

A Figura 1 demonstra bem o desenvolvimento dos ativos dos planos cadastrados a ABRAPP em percentuais relativos ao PIB nacional. É possível perceber que no ano de 2010 os ativos sofreram uma diminuição da sua representatividade no PIB nacional. Esse fato pode ter sido causado pela transição demográfica em que o país está passando, aumento do número de aposentados, dentre outros fatores, e por consequência disso começaram a ocorrer transições das modalidades dos planos. Eles estão passando da modalidade benefício definido para a modalidade contribuição definida por se adaptar melhor a realidade da população do setor.

Figura 1. Ativos EFPC x PIB (%).



Fonte: Adaptado do Consolidado Estatístico da ABRAPP (2010).

A captação da previdência privada aberta bate recorde a cada ano que passa, não sendo diferente em 2009 quando o produto VGBL impulsionou mais uma vez o mercado. Com a popularização do VGBL, por ser indicado aos investidores que não realizam a declaração completa do imposto de renda, houve um crescimento de 28,28%, passando a acumular R\$ 30,2 bilhões.

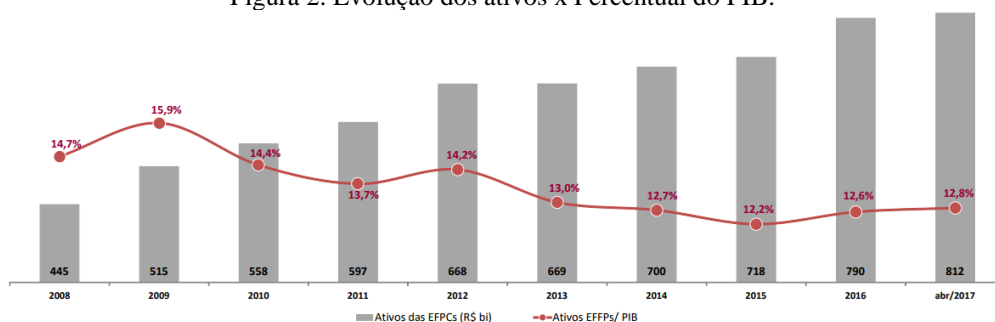
Em 2012 o Sindifisco Nacional apurou que o setor de previdência complementar aberta correspondia a 7% do PIB brasileiro, devendo fechar o ano com R\$ 328 bilhões em ativos. Com uma projeção de chegar o ano de 2019 com 14% do PIB brasileiro, a pesquisa indica que a ascensão dos brasileiros para a Classe C impulsionou o setor, por pertencerem a um grupo jovem e em processo de acumulação (SINDIFISCO, 2012).

Segundo relatório que a SUSEP divulgou no ano de 2013, constava que o mercado de previdência aberta sofreu grande influência da alta volatilidade que foi

percebida nos investimentos de renda fixa. Como consequência disso houve uma diminuição na captação líquida, diminuindo a taxa de crescimento da receita anual (SUSEP,2016).

No ano de 2016 o Brasil possuía 307 Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com os ativos dos fundos, segundo a PREVIC, chegando a 12,7% do PIB brasileiro. A figura 2 apresenta o desenvolvimento da representatividade dos ativos, que apesar do crescimento exponencial dos ativos, pode-se dizer que do ano de 2015 até o abril de 2017 o PIB cresceu muito pouco em relação aos avanços percebidos nos anos anteriores. Podendo esse fato ser entendido como uma certa estabilidade do setor, pois devido a situação econômica os participantes podem ter feito menos aportes, por exemplo.

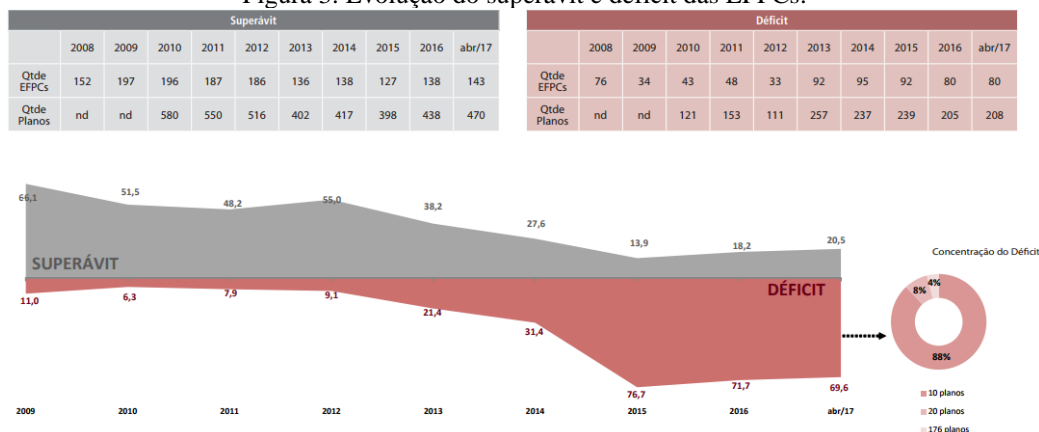
Figura 2. Evolução dos ativos x Percentual do PIB.



Fonte: Adaptado do Consolidado estatístico da ABRAPP.

Segundo a PREVIC houve um crescimento de 10,2% do ano de 2015 até o ano de 2016, com um superávit técnico acumulado de R\$ 18,2 bilhões. Podemos perceber que em 2015 o déficit teve um crescimento muito superior a todos os anos, tendo este sido consequência do cenário de total instabilidade econômica e política do país. Essa informação pode ser confirmada na figura 3, a qual apresenta o desempenho do déficit e superávit técnico dos planos a partir de 2009 até abril de 2017. (SPPC, 2016).

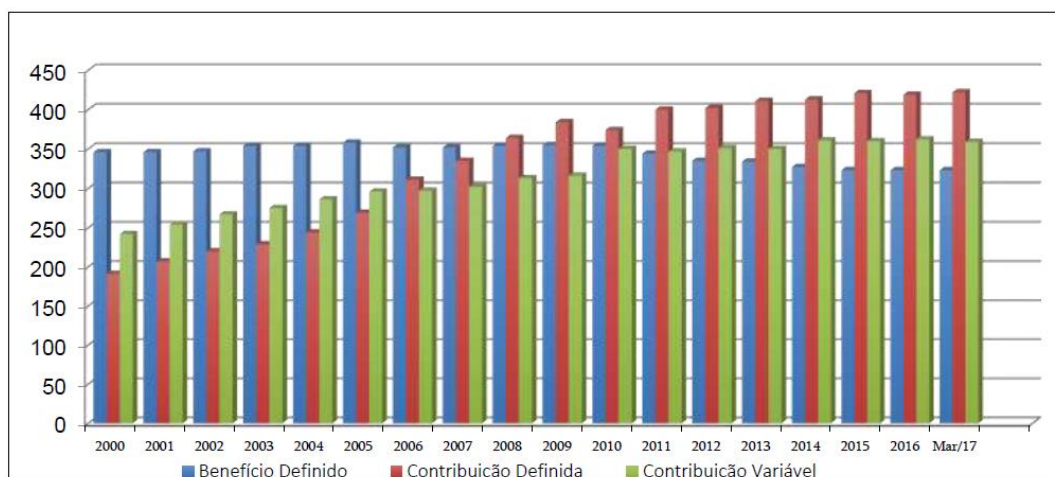
Figura 3. Evolução do superávit e déficit das EFPCs.



Fonte: Adaptado do consolidado estatístico da ABRAPP.

Assim como foi citado anteriormente, a figura 4 nos mostra a evolução do número de planos por modalidades. O setor pode considerar o ano de 2008 como o ano crítico do sistema de previdência complementar devido ao grande crescimento da modalidade contribuição definida, consequentemente nesse ano o número de planos da modalidade contribuição definida ultrapassaram o número de planos da modalidade benefício definido. O aumento tem acontecido pelas características que os planos CD tem, que podem diminuir o índice de desequilíbrio entre os planos.

Figura 4. Evolução quantitativa dos planos de previdência por modalidade.



Fonte: Retirado do relatório estatístico da PREVIC.

## 5 METODOLOGIA

O presente trabalho tem o objetivo de buscar a compreensão de como se organiza e estrutura o setor previdenciário do Brasil, analisando e apresentando os principais dispositivos legais e regulatórios da previdência complementar relacionados com à ciência atuarial, tendo em vista as grandes alterações feitas pelas resoluções publicadas recentemente. O tema foi abordado através de pesquisa bibliográfica a partir de documentos eletrônicos e físicos.

O processo de análise bibliográfica consiste em buscar trabalhos relevantes, cobertos de importância por terem sido capazes de fornecer dados atuais e importantes relacionados ao tema em questão. O tema proposto foi explorado buscando em artigos, internet, revistas do setor, livros entre outros diversos documentos disponíveis, bem como a legislação específica vigente. Nesta fase, foi possível ser realizada uma investigação robusta acerca de toda a história da previdência e sua evolução, além de apresentar características relevantes da influência dos dispositivos estudados.

A fim de não ser exaustivo sobre determinado assunto e, para melhor compreensão do presente trabalho, foi delimitado o escopo da pesquisa. Por se tratar de um assunto extenso, inicialmente foi escolhido não todo o setor de previdência complementar, mas sim o ramo elementar e que não visa lucro- a previdência complementar fechada.

Em conformidade com o tema em estudo, as leis, leis complementares, resoluções e instruções aqui abordadas serão as que estão em vigor até o momento em que o devido trabalho foi desenvolvido. Como dito anteriormente, para o presente trabalho não se tornar fatigante, não foi realizada análise de comparação entre os dispositivos em vigor e o que era adotado anteriormente, por este motivo, resoluções podem não ser citadas, pois sua finalidade seria de alterar alguma resolução já existente.

## **6 DISCUSSÃO DOS ATOS NORMATIVOS**

Nesta fase do trabalho será apresentada e analisada toda a regulamentação de grande importância e que influencia direta ou indiretamente o trabalho dos cientistas atuariais dentro dos fundos de pensão no Brasil.

### **6.1 Análise da Constituição Federal de 1988**

O regime de previdência complementar é regulamentado através do Art. 202 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O referido artigo informa a característica facultativa do regime, além de trazer que o mesmo é baseado na constituição de reservas para a garantia dos benefícios futuros (BRASIL, 1988).

O texto do artigo 202 foi modificado com a Emenda Constitucional nº 20/1988, tendo a finalidade de modernizar a legislação referente ao setor. O novo texto contém a inclusão dos parágrafos 3º, 4º e 5º, que dispõe sobre as leis complementares que foram criadas dois anos após a modificação feita pela emenda. As Leis Complementares 108 e 109, atualmente, regem o regime de previdência privada no Brasil, além destas, existem resoluções e atos normativos do órgão que regulamenta e fiscaliza o setor.

### **6.2 Leis Complementares**

A Lei Complementar 108, que dispõe sobre as relações entre participantes, patrocinadores e entidades de previdência deixa clara a importância do atuário quando fala sobre custeio. Os artigos 6º e 7º da referida lei, deixam claras as questões referentes ao custeio dos planos de benefícios e as despesas administrativas da entidade que devem ser de responsabilidade dos participantes, patrocinadores e assistidos, fazendo-se necessário que haja um cálculo para que seja permitido o equilíbrio atuarial do plano. Esse equilíbrio pode ser conceituado como a igualdade, em valor presente, entre os recursos líquidos constituídos e compromissos previdenciários (BRASIL, 2001).

Portanto deve ser observado o artigo 18º da Lei Complementar 109/2001 que se refere ao plano de custeio dos planos de benefícios, onde estarão estabelecidos os níveis de contribuição, normal ou suplementar, necessária para que sejam constituídas as reservas de modo que garantam o pagamento dos futuros benefícios e constituam os fundos, as provisões e cubram as demais despesas necessárias para o funcionamento da entidade que gere os planos de benefícios.

A lei referida no parágrafo anterior, também esclarece acerca do regime financeiro que deve ser utilizado, obrigatoriamente, para os benefícios de pagamento em prestações, sendo eles programados ou contínuos. Destarte, o profissional deverá observar todos os pontos gerais dos dispositivos regulatórios e os pontos específicos, para que seja preservado o equilíbrio financeiro e atuarial do plano. Assim como é dito no parágrafo segundo do mesmo artigo citado, após observado isso a própria lei deixa claro que o cálculo das reservas técnicas atenderá às peculiaridades de cada plano de benefícios e deverá deixar tudo expresso em nota técnica atuarial, esta que a entidade tem a obrigação de apresentar.

A nota técnica atuarial deve estar de acordo com a Instrução PREVIC nº 27, de 4 de abril de 2016. O referido dispositivo trata de informar os elementos mínimos que devem constar na nota técnica atuarial. A nota técnica é um documento técnico elaborado por um atuário, registrado e habilitado, em conformidade com as hipóteses e demais premissas adotadas pelo plano de benefícios.

A Lei Complementar 109 cita em seu texto, nos artigos 20º e 21º, as medidas a serem tomadas em caso de desequilíbrio, tanto desequilíbrios deficitários ou como superavitários. Nos mesmos artigos, a lei esclarece que devem ser ressalvadas as excepcionalidades definidas pelo órgão regulador e fiscalizador. Deve-se então acatar o que a Resolução MPS/CGPC nº 26 esclarece sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades de previdência complementar para tratar deste assunto de maneira específica. A referida resolução será abordada com maiores detalhes no próximo tópico de análise desse trabalho, pois ela está relacionada e tem grande relevância para o trabalho desenvolvido pelos atuários.

### **6.3 Resoluções**

As resoluções aqui abordadas serão as que estão em vigor até o momento em que o devido trabalho foi desenvolvido, não sendo realizada análise de comparação entre o dispositivo em vigor e o que era adotado anteriormente. Nessas são citadas questões referentes às taxas de administração e carregamento, provisões matemáticas, dentre outras que se fazem presentes no trabalho do atuário, que atua no regime fechado de previdência complementar.

A primeira resolução que será abordada é a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas

administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Esse custeio administrativo é o recurso para cobertura das despesas administrativas da entidade de previdência.

A resolução supracitada limita as taxas de administração em até 1% ao ano, sobre os recursos que são apontados na resolução, e a de carregamento de até 9% ao ano. A resolução deixa claro que as duas taxas não podem ser cobradas juntas, ou é cobrada a taxa administrativa ou é cobrada a taxa de carregamento.

O atuário deve trabalhar em conjunto com a equipe contábil do plano, com a finalidade de manter valores que sejam suficientes para custear todas as despesas e com a finalidade de que todos tenham seus custos administrativos calculados de forma apropriada, apesar do custeio administrativo não influenciar na constituição das reservas matemáticas. Sempre observando as condições e procedimentos que são citados na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

A resolução nº 26 dispõe sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades na apuração dos resultados, em caso de desequilíbrio atuarial, dentre outras providências que influenciam diretamente no trabalho que os atuários desenvolvem dentro das entidades. Para essa resolução, a Instrução PREVIC nº 26, de 10 de março de 2016, é quem estabelece as orientações e procedimentos que precisam ser adotados pelas entidades para executar da maneira mais adequada à resolução em questão.

Inicialmente a resolução deixa clara a necessidade do contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos recursos garantidores. No parágrafo único do artigo terceiro ela cita que deve haver um acompanhamento da evolução das reservas matemáticas para que elas se comportem adequadamente a sistemática adotada pelo plano no período compreendido entre duas avaliações atuariais.

Geralmente as avaliações atuariais são realizadas no início e ao final de cada exercício, para que seja acompanhada e verificada a situação das reservas matemáticas dos planos. Apresentando assim o contínuo trabalho dos atuários que necessitam estar atentos às regras expressas nessa e em outras resoluções que estão relacionados a ciência atuarial.

Além disso, a referida resolução aborda o que deverá ser considerado para que seja apurado o resultado do plano de benefícios. Nos incisos do seu artigo quarto, fica claro o que deverá ser considerado para a precificação dos ativos e passivos. A equipe atuarial responsável pelo desenvolvimento da precificação deverá observar esse artigo, pois nele, em seu inciso segundo cita que os termos a serem observados acerca dos riscos que podem comprometer a realização dos objetivos do plano de benefícios constam na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

A resolução citada no parágrafo acima, em seu artigo décimo segundo deixa claro que os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados (RODRIGUES, 2008).

Por este motivo, é de grande importância o monitoramento dos atuários, para identificar e quando constatada a avaliação de desequilíbrios técnicos ou insuficiências patrimoniais nos planos de benefícios que estão sendo apurados, deverá ser considerada a consistência técnica do regime financeiro adotado, do método atuarial de financiamento e das premissas atuariais (RODRIGUES, 2008).

Após o conhecimento dos riscos, esses devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência. A resolução recomenda que as prováveis perdas sejam provisionadas antes de serem efetivamente configuradas.

Ainda falando da precificação dos ativos e passivos dispostos no artigo quarto da resolução nº 26, em seu inciso quarto deixa claro que devem ser observados os parâmetros técnico-atuariais. Estes que são definidos na Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais referentes ao custeio, taxa de juros e duração do passivo, que são necessários para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, dentre outras providências.

Destarte, os atuários ao identificarem um desequilíbrio, têm a função de agirem adotando medidas para o devido reequilíbrio do plano. De acordo com Rodrigues (2008, p. 29) “o equilíbrio dos planos de benefícios deve ser observado sob o ponto de vista de seu estado e de sua natureza”. Devendo-se levar em consideração o que fala a resolução nº 26 para casos de superávit ou déficit atuarial do plano.



Em caso de superávit do plano, essa limita a reserva de contingência a 25% do valor das provisões matemáticas do plano ou o limite calculado pela fórmula que consta no artigo sétimo da resolução, devendo ser reconhecido o menor valor apurado como limite. Constituído o limite integral do montante da reserva de contingência, os recursos excedentes irão constituir a reserva especial. Essa revisão poderá ocorrer de duas maneiras: voluntária ou obrigatória.

Para que a revisão seja considerada voluntária, ela deverá acontecer durante a constituição da reserva especial, embasada em parecer atuarial e em estudos que comprovem sua viabilidade e segurança. A obrigatória, por sua vez, ocorre após o terceiro exercício consecutivo de constituição. Sendo assim, para que haja uma revisão do plano, deverão ser observados os seguintes aspectos: tábua biométrica, taxa de juros das projeções atuariais, enquadramento das aplicações dos recursos garantidores e as dívidas do patrocinador.

Observados os aspectos citados, a revisão não necessita que sejam alteradas as hipóteses atuariais do plano. Porém, como citado anteriormente a resolução limita a expectativa de vida mínima através da tábua biométrica AT-2000 suavizada em 10%, ou seja, não poderão ser adotadas tábuas biométricas com expectativas de vida inferiores as encontradas na tábua AT-2000 suavizada em 10%.

Quanto a taxa de juros das projeções atuariais a ser utilizada deverá corresponder ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, devendo ser demonstrada a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos do plano através de estudos técnicos. Na nova redação, torna-se possível que a entidade adote uma taxa de juros limitada ao intervalo de 70% da taxa de juro parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

Essa taxa tem dupla função com grande influência no custo normal do plano, são elas: ser a remuneração mínima dos ativos de investimento que garantem os benefícios oferecidos pelo plano e ser utilizada como taxa de desconto atuarial que deve ser utilizada para calcular o valor presente dos benefícios e contribuições futuras relativas ao plano. Uma pequena alteração dessa taxa a menor pode apresentar um plano em superávit (RODRIGUES, 2008).

A resolução deixa claro que os estudos devem ser elaborados por atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios, deixando evidente a

influência do dispositivo para o trabalho atuarial, além de salientar sua relevância, a ser realizado. Uma vez que esses aspectos apresentados se mostram relevantes para o desenvolvimento do plano para o reestabelecimento do equilíbrio do plano pela a equipe de atuários, cabe a eles, que desempenham o papel de projetar cenários futuros, acatar e desenvolver medidas de acordo com a regulamentação.

É importante ressaltar que a Instrução PREVIC nº 23 estabelece orientações e procedimentos sobre adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de acordo com as características da população do plano, além do registro das obrigações em provisão matemática de benefício definido. Esses devem ser adotados pelos profissionais que trabalham nas entidades fechadas, responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos para adequação de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de acordo com às características da população em estudo. Inclusive, determinando um nível mínimo de confiabilidade que pode ser adotado.

Levando em consideração o que foi dito, vale lembrar que a alteração de maneira errada desses aspectos, pode levar a um plano a desequilíbrio. Os planos de benefícios da modalidade benefício definido devem ter uma atenção especial, devido a necessidade da massa dos participantes ser bem projetadas pelos atuários para que sejam utilizadas as tabuas biométricas que mais se aproximem da realidade.

O enquadramento das aplicações dos recursos garantidores que são citados na resolução nº 26, deve ser observado, pois caso haja divergência com os limites relativos à composição e diversificação dos recursos garantidores que são apresentados no Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.792, de 2009, não poderá ser feita a destinação da reserva especial para revisão do plano.

As dívidas do patrocinador, significa que antes da destinação dos valores da reserva legal para revisão serão deduzidas da reserva especial os valores que correspondem a contratos de confissão de dívida firmada com patrocinadores, contribuições em atraso, equacionamento de déficit e a serviços passados.

As formas de revisão adotadas pelos atuários e profissionais que irão desenvolver essa revisão, deverão observar os 3 incisos do artigo vigésimo da resolução em questão. A primeira medida a ser adotada é a redução parcial de contribuições, a segunda é a redução integral ou suspensão de cobranças de contribuições para custeio de benefícios por pelo menos três exercícios consecutivos e a terceira medida a ser

adotada é a melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores com pagamentos parcelados aos participantes, assistidos e ao patrocinador do plano.

Essas medidas estão diretamente relacionadas com a ciência atuarial, sendo que a equipe de atuários que desenvolverá o plano de revisão do plano, deve seguir as três maneiras de forma consecutiva, desta forma, honrando os compromissos assumidos pela entidade de previdência com todos.

Como já citado, a resolução nº 26 também trata das condições para equacionamento de déficit. O artigo 28 cita que para que haja necessidade do equacionamento de déficit, devem ser observadas as informações da situação econômico-financeira e atuarial acerca do déficit técnico que constam em estudos específicos.

O equacionamento deverá ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente. O déficit técnico deve ser calculado conforme fórmula apresentada no artigo 28. Caso o limite do déficit seja superior ao calculado, o plano de equacionamento deverá ser superior a 1% das provisões matemáticas. Caso estejam contemplados três ou mais planos de equacionamento de déficit, eles deverão contemplar valores iguais ou superiores a 2% das provisões matemáticas do plano.

Os responsáveis pelo desenvolvimento desse plano devem ter extrema cautela ao realizarem os estudos para adequação, pois um erro pode levar a um déficit maior, causando graves problemas sociais. Sendo assim, devem ser observadas 3 medidas, de maneira consecutiva, são elas: aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional, redução do valor dos benefícios a conceder. A resolução prevê também uma quarta medida que pode ser estipulada em regulamento do plano de benefícios (RODRIGUES, 2008).

Ainda sobre a questão de déficit e superávit técnico em planos de entidades fechadas, vale lembrar da Resolução do CNPC nº 24, que dispõe sobre as submassas. A resolução define como “poderá ser reconhecida a submassa em razão de aspectos relativos a controle e tratamento de risco”. Por se tratar de um grupo homogêneo de participantes, porém heterogêneo entre os outros grupos, a submassa, na visão atuarial, pode ter uma apuração do passivo atuarial específica, assim como o respectivo déficit ou superávit, calculados de acordo com hipóteses atuariais específica para cada submassa.

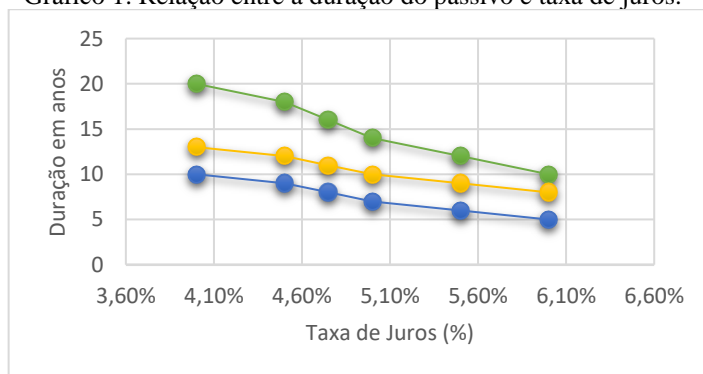
Podemos perceber que todas as resoluções que foram citadas apresentaram pontos relacionados à ciência atuarial, porém nenhuma outra resolução já citada está tão relacionada diretamente com a ciência atuarial quanto a Resolução MPS/CNPC nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, dentre outras providências.

Em seu primeiro ponto, ela informa que as entidades fechadas de previdência complementar deverão observar os parâmetros que constam em anexo a resolução, com a finalidade específica de assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial.

No item 1.4 do regulamento anexo a resolução, ele padroniza a forma de cálculo da duração do passivo, este que pode ser conceituado como o parâmetro utilizado para definir a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos planos de benefícios e um dos indicadores utilizados nas normas de solvência das entidades fechadas. A mesma duração, segundo a norma, deve ser considerado o período máximo para fins de equacionamento dos planos de benefícios que se encontram em déficit técnico.

Ao analisar a duração do passivo, pode-se dizer que ela mede a sensibilidade do passivo do plano em relação a mudança na taxa de juros utilizada pelo atuário nas avaliações atuariais. Na figura 5, pode-se então identificar e observar que a duração do passivo pode servir como alavanca para elevar ou diminuir os ganhos ou perdas provenientes das variações das taxas de juros.

Gráfico 1. Relação entre a duração do passivo e taxa de juros.



Fonte: Pesquisador

O atuário responsável pelo plano deverá observar e controlar esses indicadores e limites, para que o plano possa estruturar seus investimentos de modo que eles

consigam refletir e contrabalançar a volatilidade da taxa, pois se houver uma má estruturação os riscos da entidade não honrar com suas obrigações serão altos.

Uma vez que falamos em investimentos, vale lembrar que esses devem seguir o que é exposto na Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. O objeto diz que as aplicações dos recursos dos planos devem observar os princípios de segurança, solvência, rentabilidade, liquidez e transparência. Além disso, deve ser observada a modalidade do plano de benefícios, as características de suas obrigações e suas especificidades.

Devido a isso, a equipe atuarial responsável pelo plano de benefícios deve acompanhar a relação entre a duração dos ativos do plano e do passivo, com a finalidade de mitigar os riscos, gerando um equilíbrio com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade que os investimentos podem apresentar para recuperar os efeitos que as mudanças bruscas das taxas de juros podem causar.

Uma vez que se trata sobre taxa de juros, deve-se falar sobre a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ET TJ). Essa estrutura corresponde à média dos três últimos anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias, baseada nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Anteriormente foi citada a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições e seus limites. A resolução em questão que trata dos parâmetros técnico-atuariais, no item 4 do anexo a resolução deixa claro que a taxa deverá ter convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos demonstrada em estudo técnico.

Além de deixar claro o que foi dito anteriormente, a resolução salienta de que a taxa de juros real correspondente ao ponto de dez anos da ET TJ não pode ser inferior a 4% ao ano. Devendo seguir a regra de que se houver um intervalo inferior ao que foi citado, 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% acima da taxa de juros parâmetro, o limite superior do intervalo será modificado. A ampliação consistirá em 0,03% ao ano a cada decréscimo de 0,1% naquela taxa.

O item 4.5 do anexo apresenta o que deverá ser observado para a realização dos estudos técnicos. O primeiro ponto é de grande importância para a ciência atuarial, pois trata do conceito primário da ciência que são os aspectos biométricos da massa de participante. A tábua biométrica que será utilizada deverá apresentar aderência entre as

probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez, levando em consideração que o item 2 do mesmo anexo deixa explícito que a tábua limite para projeções de longevidade é a AT-83.

A utilização de tábuas biométricas que não refletem a realidade dos riscos que procuram expressar, pode reduzir ou aumentar as reservas matemáticas e os custos dos planos de benefícios, de modo que desequilíbrios estruturais com alta dificuldade para recomposição em curto prazo.

O segundo ponto do item que se refere ao que deverá ser observado para realização dos estudos técnicos é a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores. Fazendo jus ao que se foi dito quando citada na duração do passivo atuarial do plano, a taxa de juros deve estar em conformidade com a duração dos ativos.

Portanto não é incorreto a taxa real de juros ser ponderada em função do montante de ativos de investimento por segmento de aplicação, fluxo projetado e de investimentos e desinvestimentos, fluxo de receitas com juros, cupons, dentre outras ponderações que devem ser consideradas para o devido cálculo. Desta maneira fica provada a necessidade do atuário se manter atento a essas determinações, com a finalidade de manter o plano solvente para que possa honrar com as obrigações assumidas pela entidade.

Os regimes financeiros permitidos são os de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples. Sendo o regime de capitalização obrigatório para o financiamento dos benefícios que sejam programados e continuados, facultativo para os demais; repartição de capitais de cobertura pode ser o regime para benefícios que são pagos por entrada de em invalidez, morte, doença ou reclusão, sendo o benefício concedido na forma de renda. Repartição simples é o regime utilizado na previdência social, que pode ser o regime em casos de benefícios com pagamento único, ou seja, em caso de invalidez, morte, doença ou reclusão.

Esses regimes servem para que sejam calculadas as reservas matemáticas correspondentes ao valor total do recurso que deveria idealmente estar constituído no fundo de pensão para cobertura dos benefícios futuros.

O anexo da Resolução nº 18, em seu item oito se refere ao custeio, informa que o custeio dos benefícios deve ser por meio de contribuições de patrocinadores,

participantes e assistidos do plano, podendo ser de forma individual ou conjunta. O critério de contribuição deverá ser definido regulamento e respectiva nota técnica atuarial.

Os métodos de custeio atuariais representam modelos financeiro-atuariais de arranjo das contribuições revertidas ao plano pelos participantes e patrocinadores no período de acumulação da reserva matemática, com o objetivo de constituir o montante necessário para o pagamento dos benefícios (RODRIGUES, 2008).

Existem dois tipos de custos atuariais, são eles: Custo Normal e Custo Suplementar. Podendo ser definido como custo normal o valor revertido ao plano pelo participante ou seu mantenedor, baseado na idade de entrada no coletivo segurado, sendo esse custo capaz de garantir os benefícios futuros para a idade de elegibilidade do participante. Capaz de financiar a parte não constituída da reserva matemática necessária que garanta o pagamento dos benefícios prometidos, o custo suplementar é baseado na idade de entrada no coletivo segurado e também deve ser pago pelo participante ou mantenedor (RODRIGUES, 2008).

Estes custos mostram a necessidade do atuário nas entidades fechada de previdência complementar e a grande relação dos dispositivos legais e regulatórios com os trabalhos desenvolvidos. Finalizando com a resolução MPS/CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, que trata o assunto “atuária” como um dos componentes necessários para certificação e habilitação no âmbito do setor.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões obtidas mediante a análise da legislação que rege a previdência complementar fechada, fica clara a necessidade do atuário ter conhecimento da legislação que rege as principais atividades deste seguimento. Pode-se fazer um breve resumo das principais tarefas dos atuários, são: a realização de cálculos de provisão matemática, desenvolvimento de métodos para sanar o desequilíbrio dos planos, desenvolvimento de metodologia para saldamento de planos de benefícios e elaboração de notas técnicas atuariais.

Essas tarefas que foram citadas no parágrafo anterior englobam todas as questões abordadas, bem como o cálculo da duração do passivo, duração do ativo, da taxa de juros e muitos outros pontos que entrelaçam os instrumentos normativos a ciência atuarial, apresentando o valor e a necessidade dos profissionais no setor terem conhecimento sobre a legislação vigente.

No decorrer deste trabalho foram vistos alguns números gerais do setor, de acordo com a maneira que interpretamos os números, atualizados, apresentados percebemos que apesar de toda a inconsistência econômica que o país vive, o mercado de previdência aberta tem um forte crescimento. Podendo ser interpretado que o que anteriormente poderia ser visto como investimento hoje é visto como necessidade, em tempos de crise percebemos a grande importância de fazer uma poupança para um futuro imprevisível em que o país se encontra.

Levando em consideração os números apresentados pelos planos de previdência complementar fechados, é possível perceber que os superávits técnicos vêm aumentando, fato que não era tão comum há alguns anos, visto que a volatilidade do mercado não possibilitava um grande crescimento. A previdência fechada é de imensa importância aos servidores federais que recebem salários maiores que o teto praticado pela previdência social, evitando que haja um grande problema social.

Mostrando cada vez uma maior necessidade de adequação entre a legislação e o trabalho do profissionais. Foi possível perceber que após a criação das Leis Complementares o setor se desenvolveu de forma madura e ordenada, provando que a tentativa de modernização obteve sucesso.

Valendo ressaltar que ao admitir que a legislação está adequada não significa dizer que em um futuro, próximo ou distante, ela não necessite se modernizar do mesmo



modo que precisou com o surgimento da emenda constitucional que modificou a carta Magna de maneira que conseguiu ajustar-se a realidade do mercado. Destarte, deixa-se claro que a legislação e o mercado são coisas voláteis, assim como o trabalho do profissional responsável por desempenhar trabalhos ligados à área.

De forma com que a ciência vai evoluindo, as leis devem evoluir. Ao modo que a ciência atuarial consegue se desenvolver, bem como todas as áreas que se fazem presentes para o bom funcionamento de fundos de pensão a legislação precisará acompanhar esse desenvolvimento e seus profissionais ter conhecimento.

Com as análises realizadas acerca dos números apresentados, o presente trabalho que consistiu em discutir baseado em uma análise dos principais dispositivos regulatórios do setor de previdência complementar fechado, conseguindo alcançar o objetivo, observando que na discussão realizada encontra-se uma quantidade relevante de orientações acerca do trabalho desempenhado pelo atuário dentro das entidades fechadas de previdência complementar e que necessitam de atenção.

## REFERÊNCIAS

- ABRAPP, A. B. DE E. F. DE P. C. **Consolidado Estatístico**. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Paginas/consolidadoestatistico.aspx>>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- BAIMA, F. DE R. **Análise de desempenho dos investimentos dos fundos de pensão no Brasil**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- BELTRÃO, K.; LEME, F.; MENDONÇA, J.; SUGAHARA, S. Análise da Estrutura da Previdência Privada Brasileira: Evolução do Aparato Legal. **Texto para Discussão IPEA**, v. 1043, p. 1–30, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 108, de 29 de Maio de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 109, de 29 de Maio de 2001**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp109.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2017b.
- BRASIL. **CIRCULAR SUSEP Nº 338, de 30 de janeiro de 2007**. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=21777>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- CAMPANI, C. H.; COSTA, T. R. D. DA. **Pensando na aposentadoria: pgbl, vgbl e autoprovidência**. Rio de Janeiro: Relatórios COPPEAD, 2016.
- CHAN, Betty Lilian; DA SILVA, Fabiana Lopes; DE ANDRADE MARTINS, Gilberto. **Fundamentos Da Previdência Complementar: Da Atuária À Contabilidade**. Editora Atlas SA, 2000.
- CHEDEAK, J. C. S. **Previdência Complementar: Uma análise institucional dos sistemas aberto e fechado**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- COSTA, M. R. M. DA. **O risco social e a aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.
- CUSTÓDIO, R. F. S. **Participação e importância dos fundos de pensão no mercado de capitais 1995-2010**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- FENAPREVI, F. N. DE P. E V. **Estatísticas - FenaPrevi**. Disponível em: <<http://fenaprevi.org.br/fenaprevi/estatisticas/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- FRACCARO, G. C. C. **Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- JÚNIOR, G. DE A. S. **A nova fase das entidades fechadas da previdência complementar no Brasil: Tendências e Aspectos contábeis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- LIMA, J. C. C. DE O.; RODRIGUES, J. Â. Amortização de déficits atuariais em planos de benefícios definidos. **Revista do BNDES**, v. 41, p. 209–256, 2014.

MEIRELLES, M. A. **A evolução histórica da seguridade social - aspectos históricos da previdência social no Brasil.** Disponível em: <<http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NETO, S. DE S. **UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTO ( PGBL ) UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTO ( PGBL ).** Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense, 2013.

NOGUEIRA, E. DOS S. A. DA PENHORA DE VALORES MANTIDOS EM PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA -PGBL E VGBL EM EXECUÇÕES TRABALHISTAS. **Caderno de doutrina e jurisprudência da Escola de Magistratura da 15ª Região**, v. 6 n. 2, p. 51–54, 2010.

OLIVEIRA, F. E. B. DE; PASINATO, M. T. DE M.; PEYNEAU, F. P. L. **Evolução recente do sistema de previdência complementar no Brasil e mercado potencial**2016

PAIVA, M. A. DE. **A fiscalização e o processo administrativo nas entidades de previdência privada.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

PAIXÃO, L. A. A previdência complementar fechada: uma visão geral. p. 31, 2007.

PINHEIRO, R. P. Previdência Complementar no Brasil: história, evolução e desafios. **Revista Fundos de Pensão**, v. 340, p. 13–15, 2008.

PREVI, C. DE P. DOS F. DO B. DO B. **Contribuições.** Disponível em: <<http://www.previ.com.br/plano-1/conheca-o-plano/contribuicoes/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

PULINO, Daniel et al. Regime de previdência complementar: natureza jurídico-constitucional e seu desenvolvimento pelas entidades fechadas. 2007.

REIS, J. A.; DARCOSO, A. L.; VASCONCELOS, G. M. V. A previdência privada para pequena empresa. **E&g - revista economia e gestão**, v. 11, n. 27, p. 67–93, 2011.

RITTER, E. L. **Previdência privada aberta: uma nova cultura para um futuro tranquilo.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RODRIGUES, J. ANGELO. **Gestão de Risco Atuarial.** São Paulo: Saraiva, 2008.

ROMANO, L. C. **Estudo do problema de comercialização do produto brasilprev - plano de previdência complementar na ag BB de São Marcos - RS.** [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2007.

SILVA, Fabiana Lopes da. **Impacto do risco de longevidade em planos de previdência complementar.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Rodrigo Valverde da et al. Atendimento às regras, princípios e práticas de governança em entidades fechadas de previdência complementar. 2009.

SINDIFISCO, S. N. DOS A. F. DA R. F. DO B. **Previdência privada tende a ter fatia de 14% do PIB em 2019.** Disponível em: <[https://sindifisconacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20381:previdencia-privada-tende-a-ter-fatia-de-14-do-pib-em-](https://sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20381:previdencia-privada-tende-a-ter-fatia-de-14-do-pib-em-)>

2019&catid=45&Itemid=73>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SOUZA, G. M. DE A. E. **Proteção social ao idoso. Conquistas e desafios**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2009.

SPPC, S. DE P. DE P. C. Estatísticas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. **Previdência Social**, p. 11, 2016.

SUSEP, S. DE S. P. **Previdência Complementar Aberta — SUSEP**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ZORZI, A.; SANTOS, P. DA C. F. DOS; BLASZKOWSKI, L.; VICENTINI, L. C.; ENSSLIN, S. R. **Balanced scorecard : alicerce de um modelo de gestão para uma entidade fechada de previdência complementar**Belo Horizonte: XIII Congresso Brasileiro de Custos, 2006